

A INSEGURANÇA ALIMENTAR NOS DOMICÍLIOS RURAIS: Um Panorama do Estado de São Paulo

Palavras-Chave: Insegurança Alimentar, Estado de São Paulo, Domicílios Rurais.

Autores(as):

Joabi Dos Santos Silva, IG - UNICAMP;

Prof^a. Dr^a. Leda Maria Caira Gitahy (orientadora), IG – UNICAMP.

INTRODUÇÃO:

O vigésimo quinto artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948 estabelece no seu primeiro inciso que “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.” (UNICEF BRASIL, Sem Data).

Fica entendido, portanto, que o acesso a uma alimentação de qualidade e nutritiva é um direito universal. Porém, quase 70 anos depois da DUDH, ainda há um contingente significativo de indivíduos no mundo sem ter o que comer e/ou sem acesso a uma alimentação saudável. Segundo dados da ONU, em 2023¹ havia cerca de 780 milhões de indivíduos convivendo com a fome no planeta; dando uma amostra do tamanho do desafio que a humanidade ainda possui para garantir a universalização de um mínimo de dignidade.

No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elaborada e divulgada em 2024 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um em cada quatro domicílios conviveram com algum nível de dificuldade envolvendo o acesso a alimentos e/ou a uma alimentação de qualidade e nutritiva. Em termos quantitativos, se viu nessa situação 27,6% dos domicílios nacionais, o que representa 64 milhões de indivíduos (IBGE, 2024a).

Ao problema acima referido dá-se o nome de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), que consideramos formar um par dialético com o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); haja vista as dificuldades de se abordar um conceito sem mencionar o outro. Segundo Mazur & Navarro (2015), a IAN é uma ideia utilizada para referir-se a desajustes na alimentação, perpassando por escalas que envolvem a quantidade de alimentos disponíveis, qualidade e diversidade, ao passo que a SAN é entendida como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (KEPPLE & SEGALL-CORRÊA 2011, p. 188).

No território nacional, a Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (EBIA) fornece métricas para analisar e dimensionar a IA em nível domiciliar, onde há os níveis leve, moderado e grave.

Segundo Ferreira et al. (2014, p. 1539) a IA é leve quando envolve “dimensões tais como a percepção de preocupação e angústia ante a incerteza de dispor regularmente de comida”; moderada quando ocorre a “a utilização de estratégias visando economizar alimento (diluição com redução da qualidade nutritiva, diminuição da diversidade da dieta e da quantidade de alimentos e/ou número de refeições)” e grave quando ocorre a “experiência concreta de passar fome por um dia inteiro em virtude de não ter o que comer”.

¹Cf. <https://brasil.un.org/pt-br/249451-onu-%C3%A9-incompreens%C3%ADvel-que-uma-pessoa-morra-de-fome-cada-poucos-segundos>. Acesso em: 20 de julho de 2025.

Esta pesquisa fornece um panorama sobre o quadro de IAN nos domicílios rurais do Estado de São Paulo, levando em consideração aspectos tais como: cor do proprietário; nível de instrução; sexo; tipo e situação de emprego etc. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, a satisfação plena do objetivo da pesquisa se mostrou inviável, pois, não foi possível obter dados secundários confiáveis, levando em conta a IAN nos domicílios rurais do Estado de São Paulo. Desse modo, foi preciso estabelecer novas metas para a pesquisa PIBIC, que passou a almejar apresentar um panorama da IAN a nível nacional e, mais especificamente e detalhadamente, no Estado de São Paulo.

A importância de focar no recorte rural se manifestou por meio de constatações de que os domicílios rurais têm se mostrado mais vulneráveis que os urbanos no que diz respeito a IAN. Segundo a já referida pesquisa PNAD (IBGE, 2024) 34,5% dos domicílios rurais brasileiros estavam convivendo com um grau de insegurança alimentar em 2023, ao passo que essa métrica foi de 26,7%, quando se trata dos domicílios urbanos (AGÊNCIA BRASIL, 2024).

METODOLOGIA:

A partir de uma abordagem qualiquantitativa, a presente pesquisa se constituiu em um estudo que convergiu com as atividades do LABTTS, bem como com os objetivos do projeto ENDURE, do qual o candidato PIBIC foi integrante. Julgamos que era necessário começar esta investigação por meio da dimensão teórica, que abrangeu técnicas de busca, revisão e sistematização de literatura, organizadas em espaço virtual. As atividades dividiram-se em três etapas: 1) Levantamento bibliográfico, organização do banco de dados e revisão de literatura; 2) Construção de referencial teórico e organização de dados quantitativos e análise e discussão destes; 3) Refinamento e disseminação de resultados. Destaca-se que, mesmo com o estabelecimento dos novos objetivos da pesquisa, não foi necessário alterar as etapas de produção da pesquisa.

Detalhamento das etapas:

Etapas 1 – Levantamento bibliográfico, organização do banco de dados e revisão de literatura

A primeira etapa da pesquisa consistiu na revisão de literatura, obtida em plataformas como a *Scopus*, *Web of Science* e Google Acadêmico, a partir da combinação de palavras-chave relacionadas ao tema da Insegurança Alimentar e Nutricional.

A busca por literatura versou por: 1) Discussões sobre o par dialético Insegurança e Segurança Alimentar, visando explorar definições, potencialidades, limitações e críticas (Cf. FERREIRA et al., 2014; MAZUR & NAVARRO, 2015; KEPPLER & SEGALL-CORRÊA, 2011; RIBEIRO JUNIOR, 2008); 2) Discussão sobre o conceito de domicílio e caracterização geral desses no Brasil; 3) Levantamento de dados sobre insegurança alimentar no Brasil (REDE PANSSAN, 2022), e no estado de São Paulo.

Etapas 2 – Construção de referencial teórico e organização de dados quantitativos, análise e discussão destes

Após o levantamento de dados e informações, a etapa seguinte foi construir um referencial teórico acerca do tema da insegurança e segurança alimentar, visando explorar as diferentes definições sobre ambos os conceitos, além de buscar elucidar as defesas e críticas que recaem sobre o par dialético em questão. Em seguida, debruçamos sobre os dados quantitativos acerca de insegurança alimentar, a fim de filtrar e verificar quais eram as possibilidades de alcance para a construção do panorama acerca da insegurança alimentar nos domicílios rurais do estado de São Paulo – conforme já comentado, encontramos dificuldades para obter dados confiáveis e detalhados sobre a insegurança alimentar nos domicílios rurais; reforçando a necessidade de realizar trabalhos de campo para obtenção dessas informações para a realização do mestrado – levando em consideração aspectos como: cor do(a) proprietário(a); nível de instrução; sexo; tipo e situação de emprego e rendimento mensal.

Etapas 3 – Refinamento e disseminação de resultados

Uma vez consolidados os resultados da investigação PIBIC, a última etapa de pesquisa consistiu na organização dos dados em tabelas e gráficos e na disseminação e partilha dos resultados. Para além da participação no Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP – algo já previsto pelo programa PIBIC – a disseminação dos dados também ocorreu no âmbito do LABTTS e do projeto ENDURE, com os quais a proposta encontra-se alinhada e, posteriormente, será usado para a construção de um projeto de mestrado, amadurecido por essa pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN)

A Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), pode ser entendida como desarranjos na alimentação dos indivíduos, que versa sobre a quantidade, qualidade e diversificação da dieta (MAZUR & NAVARRO, 2015). Complementarmente, Ferreira et al. (2014, p. 1539) discutem que a IAN envolve dimensões tais como a percepção de preocupação e angústia ante a incerteza de dispor regularmente de comida, a utilização de estratégias visando economizar alimento (diluição com redução da qualidade nutritiva, diminuição da diversidade da dieta e da quantidade de alimentos e/ou número de refeições) e, finalmente, a experiência concreta de passar fome por um dia inteiro em virtude de não ter o que comer. Essas dimensões correspondem, respectivamente, aos níveis leve, moderado e grave de insegurança alimentar.

Tendo em vista o conteúdo exposto no parágrafo acima e se pautando nas contribuições da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (EBIA), pode-se afirmar que a preocupação e angústia com a possibilidade de lidar com a falta de alimentos se insere no nível **leve** da IAN; a utilização de estratégias para racionar comida, diminuição da diversidade, deixar de fazer uma das refeições diárias e consumir alimentos de menor qualidade se inserem no nível **intermediário**; a experiência concreta de passar um dia inteiro com fome já se insere no nível **grave**.

Além destas três dimensões da Insegurança Alimentar, a EBIA também dispõe da categoria “Segurança Alimentar”, que se configura na antítese da Insegurança Alimentar:

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (KEPPLE & SEGALL-CORRÊA, 2011, p. 188).

Para Ribeiro Junior (2008), o conceito de **Insegurança Alimentar** se caracteriza como um eufemismo para a **fome**, em razão do primeiro, conceito de viés técnico e administrativo, não conseguir expressar a radicalidade e potência do segundo. A crítica do referido autor demonstra que há um problema etimológico que envolve o termo “fome” - que Ribeiro Junior (2008) reconhece ser polissêmico em razão dos diferentes empregos do termo no dia a dia.

Panorama da Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil e no Estado de São Paulo

Antes de expor o panorama, destaca-se que em razão das limitações de páginas deste trabalho, a apresentação dos dados se dará de forma discorrida, não privilegiando gráficos e tabelas que seriam muito mais eficazes na compreensão dos resultados. No entanto, a apresentação destes dados no Relatório Final de Pesquisa e na apresentação do banner no XXXIII Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP, priorizará dados ilustrados por meios dos referidos recursos.

A nível nacional, os dados da PNAD de 2023 (IBGE, 2024a) demonstram que houve uma redução da insegurança alimentar, onde o percentual de domicílios em situação de segurança alimentar saltou de 63,3% (2017-2018) para 72,4% em 2023. Considerando o recorte urbano, a mesma pesquisa nos mostra que em 2017-2018, 64,9% dos domicílios estavam em situação de segurança alimentar; já em 2023, esse percentual saltou 73,3%.

No que tange os domicílios rurais, a pesquisa PNAD demonstra que em 2017-2018, 53,3% dos domicílios se encontravam em situação de segurança alimentar. No ano de 2023, esse percentual se eleva para 65,5%. Esses dados iniciais acabam reforçando e corroborando a ideia e noção de uma situação de maior vulnerabilidade do campo, em relação ao meio urbano, apesar de uma melhora considerável em relação aos dados auferidos na penúltima PNAD – 2017-2018.

Se tratando do Estado de São Paulo, a PNAD 2023 fornece um panorama geral, onde foram analisados 17.508 domicílios, dos quais 13.393 encontravam-se em situação de segurança alimentar. Portanto, estava em situação de insegurança alimentar 4.115 domicílios, sendo: 2.907 em IA leve; 684 em IA moderada e 523 em IA grave (IBGE, 2024a).

Para fornecer um panorama contextualizado do Estado de São Paulo (abrangendo cor, sexo, escolaridade e renda etc.), foi preciso recorrer aos dados da Rede Panssan (2022), mais especificamente, os relatórios VIGISAN, cujo foco foi analisar a insegurança alimentar em tempos de pandemia, contemplando todas as unidades federativas do país.

Inicialmente se tratando dos rendimentos, o relatório VIGISAN (REDE PANSSAN, 2022) reafirma o quão importante é a renda para a situação de segurança alimentar. Dos domicílios paulistas cuja renda per capita era de até ½ salário-mínimo, 58,4% se encontram em IAN moderada ou grave, ao passo que nos domicílios onde a renda per capita era superior a ½, a IAN moderada ou grave se manifestava em 20% dos domicílios.

Outro aspecto alarmante é o tipo de trabalho – informal, formal e autônomo – onde a primeira modalidade se mostra muito mais vulnerável a IAN moderada ou grave do que as demais. Destaca-se que os domicílios onde o(a) chefe encontrava-se desempregado(a) ou em regime informal a IAN moderada ou grave se manifestava em 43,9%; ao passo que essa mesma métrica era de 11,4% onde a pessoa de referência era empregada em regime formal e de 14,3% no caso dos trabalhadores autônomos. Esse dado se torna ainda mais preocupante e alarmante haja vista que em 2024 a taxa de trabalhadores na informalidade atingiu 31,77%, segundo dados do IBGE (AGÊNCIA BRASIL, 2025).

Quando se trata dos recortes gênero e cor, o relatório VIGISAN (REDE PANSSAN, 2022) promove uma extensa análise combinando esses dois elementos a fim de demonstrar que, lares chefiados por mulheres pretas ou pardas, mesmo sob as mesmas condições de análise de um lar chefiado por mulheres brancas, acabam sendo mais afetados pela IAN. Os dados da PNAD 2023 (IBGE, 2024) ilustram o tamanho da desigualdade: se tratando do pior nível IAN, de 3.204 lares chefiados por mulheres, 750 eram mulheres brancas, os demais eram chefiados por mulheres pretas e pardas.

A mesma pesquisa PNAD ainda mostra que 51,7% dos lares brasileiros eram chefiados por mulheres, ao passo que os homens eram chefes de 48,3%. Porém, 51,3% dos lares onde a figura de referência era masculina, se encontravam em situação de segurança alimentar, ao passo que 48,7% dos lares chefiados por mulheres estavam na mesma situação. Portanto, apesar das mulheres chefiarem mais lares do que os homens, elas são mais afetadas pela IAN. Complementarmente, os dados da Rede Panssan (2022), revelam que 6 a cada 10 lares chefiados por mulheres conviviam com algum nível de IAN, o que é extremamente alarmante e reforça a necessidade de garantir a igualdade e equidade salarial.

CONCLUSÕES:

Mediante a síntese de dados expostas neste trabalho, nota-se um reforço do padrão de vulnerabilidade social, onde os sujeitos mais suscetíveis a se verem em situação de IAN moderada ou grave são mulheres; pessoas pretas ou pardas; trabalhadores informais e indivíduos com baixa escolaridade. Quando esses recortes são combinados – a exemplo do que fez a Rede Panssan (2022) - percebe-se que o nível de vulnerabilidade se intensifica, demonstrando que existe a vulnerabilidade social é profunda e complexa, onde há diferentes níveis de fragilidades sociais e econômicas.

Haja vista que essa pesquisa serviu para amadurecer uma proposta de mestrado, pode-se dizer que sua elaboração foi efetiva para este propósito, pois, além de promover a introdução do bolsista ao assunto, ainda colaborou para revelar as potencialidades do tema, bem como as dificuldades e desafios que terão que ser superadas no eventual mestrado.

Por fim, abordando as dificuldades, esta pesquisa reforçou a necessidade de produzir dados primários para somarem-se aos secundários, que não deram conta de satisfazer plenamente os objetivos iniciais de pesquisa. Deste modo, trabalhos de campo para compreender a situação de IAN nos domicílios rurais do estado de São Paulo serão indispensáveis e acreditamos que esse recorte terá que ser repensado, talvez limitando-se a região de Campinas e adjacentes.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA BRASIL. **Moradores do campo ainda são mais afetados por insegurança alimentar.** 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/moradores-do-campo-ainda-sao-mais-afetados-por-inseguranca-alimentar#:~:text=A%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20moderada%20afeta,9%25%20dos%20domic%C3%ADlios%20urbanos>>. Acesso em: 19 jul. 2025.

_____. **Ipea: aumento do trabalho informal está ligado à baixa fiscalização.** 2025. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-04/ipea-aumento-do-trabalho-informal-esta-ligado-baixa-fiscalizacao>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

Ferreira HS, Souza MEDCA, Moura FA, Horta BL. Prevalência e fatores associados à Insegurança Alimentar e Nutricional em famílias dos municípios do norte de Alagoas, Brasil, 2010. *Ciência & Saúde Coletiva* 2014; 19:1533-42.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: segurança alimentar: 2023.** ID: 102084; 311.21:613.2(81)-S456, 26p. 2024a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2025.

_____. **Censo Demográfico 2022: característica dos domicílios (resultados do universo).** Rio de Janeiro: IBGE: 2024b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73106>. Acesso em: 22 jul. 2025.

KEPPLE A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. **Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional.** *Cien Saude Colet* 2011; 16(1):187-199.

MAZUR, C. E.; NAVARRO, F. **INSEGURANÇA ALIMENTAR E OBESIDADE EM ADULTOS: QUAL A RELAÇÃO?** *Saúde (Santa Maria)*, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 35–44, 2015. DOI: 10.5902/2236583411290. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/view/11290>. Acesso em: 22 jul. 2025.

REDE PANSSAN. **VIGISAN, Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil.** [S. l: s. n.], 2022. Disponível em: <OLHE PARA A FOME>. Acesso em: 22 jul. 2025.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação:** apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.8.2008.tde-07102009-112818. Acesso em: 22 jul. 2025.

UNICEF BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** [S. D.] disponível em: <Declaração Universal dos Direitos Humanos (unicef.org)>. Acesso em: 19 jul. 2025.